

Campinas – SP, 22 de maio de 2026.

Rua Rubi, 94 / Parque São Quirino
Campinas / SP / 13088-440
(19) 2121-9130 / (19) 99223-9006

Ilmos Srs.

Provedor, Conselheiros e Diretores da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Oliveira – MG.

www.integraauditoria.com.br

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando a V.Sas., as demonstrações contábeis desta Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, por nós revisadas, bem como o nosso Parecer referente ao exame dessas demonstrações contábeis.

Na hipótese de publicação do Parecer, solicitamos o obséquio de fazer constar, da publicação, a designação “**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**”, bem como a indicação dos destinatários constantes no mesmo.

Ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ITG Auditoria e Consultoria Ltda.

Carlos Alberto Chagas Franco

Sócio e Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos Srs.

Provedor, Conselheiros e Diretores da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Oliveira – MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo **Base para Opinião com Ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Entidade não possui controle individual físico e financeiro dos bens integrantes do ativo imobilizado cujo saldo em 31/12/2025 é de R\$ 36.662.164. Para determinar os saldos será necessário efetuar o levantamento físico e a avaliação dos bens, bem como a determinação de sua vida útil e econômica para fins de depreciação e mensuração do valor recuperável. Os ajustes provenientes desse levantamento somente serão conhecidos após sua conclusão e seus efeitos não são passíveis de mensuração no momento. Por essa razão, não conseguimos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administração.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
-

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administração. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administração a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas – SP, 22 de maio de 2026.

ITG Auditoria e Consultoria Ltda.

CRC 02 SP 048.973/O-8

Carlos Alberto Chagas Franco

Contador - CRC 1 SP 174.742/O-9 "S" MG

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(EM R\$ 1)

ATIVO		Nota Explicativa	2025	2024
CIRCULANTE			24.228.400	27.132.206
Caixa e equivalentes	4		6.903.153	15.580.112
Contas a Receber - SUS	5		2.700.773	1.981.112
Contas a Receber - Convênios	6		5.326.118	3.568.442
Pacientes Particulares	6		91.926	69.235
Pacientes Particulares - SES	6		4.070.323	586.964
Créditos com Funcionários	7		148.291	171.547
Adiantamentos a Fornecedores	8		32.368	160.650
Estoques	9		4.771.851	4.924.215
Outros Créditos	10		183.597	89.929
NÃO CIRCULANTE			36.662.164	32.221.833
Imobilizado	11		36.662.164	32.221.833
TOTAL DO ATIVO			60.890.563	59.354.039
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			2025	2024
CIRCULANTE			19.357.446	19.582.555
Fornecedores	12		10.200.820	7.545.446
Obrigações com Pessoal	13		2.026.839	1.651.909
Tributos e Encargos Sociais	14		989.063	858.099
Provisão de Férias	13		3.267.051	2.444.420
Outras obrigações	15		281.640	337.888
Subvenções a Realizar	16		2.592.033	6.744.793
NÃO CIRCULANTE			6.752.229	5.870.051
Repasses Médicos	17		4.874.830	3.175.772
Provisão para Contingências	18		149.538	-
Subvenções de Invest a Realizar	16		1.727.861	2.694.279
PATRIMÔNIO SOCIAL			34.780.887	33.901.434
Patrimônio Social	19		33.901.434	21.721.362
Resultado do Exercício	19		879.453	12.180.072
TOTAL DO PASSIVO E PS			60.890.563	59.354.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(EM R\$ 1)

		Nota	
		Explicativa	
		2025	2024
RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		132.868.546	113.443.486
Receitas Convênios	20	37.384.735	36.815.388
Receitas SUS	21	14.549.940	14.018.908
Receitas Pacientes Particulares	22	53.408.243	38.818.310
Receitas com Subvenções	23	24.055.283	20.469.324
Receitas com Doações	23	482.079	454.987
Receitas Financeiras	24	2.366.995	1.644.600
Receitas Diversas	25	621.271	1.221.969
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		131.989.093	101.263.414
Custos e Despesas com Pessoal	26	36.328.103	30.409.473
Custos com Serviços Médicos e Laborat.	27	40.266.666	30.928.235
Custos com Materiais	28	47.537.831	34.035.599
Custos Operacionais Diversos	29	3.885.351	2.631.336
Despesas Administrativas	30	791.827	694.253
Despesas com Serviços Profissionais	31	473.397	367.763
Despesas Financeiras	32	244.957	203.409
Despesas com Depreciações	33	2.191.195	1.797.446
Despesas com Acordos e Processos	34	249.653	182.665
Outras Despesas Operacionais	35	20.113	13.235
Superávit do Exercício		879.453	12.180.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA*Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024***IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024***(EM R\$ 1)*

	Patrimônio Social	Resultado Exercício	Totais
Mutações			
Saldo em 31/12/2023	16.979.695	4.741.667	21.721.362
Variação do Patrimônio Social	4.741.667	(4.741.667)	-
Resultado do Exercício	-	12.180.072	12.180.072
Saldo em 31/12/2024	21.721.362	12.180.072	33.901.434
Variação do Patrimônio Social	12.180.072	(12.180.072)	-
Resultado do Exercício	-	879.453	879.453
Saldo em 31/12/2025	33.901.434	879.453	34.780.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA*Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024***IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024***(EM R\$ 1)*

	2025	2024
Atividade Operacionais		
Superávit do exercício	879.453	12.180.072
Depreciações	2.191.195	1.797.446
(Aumento) Redução nos valores e direitos realizáveis a curto prazo	(5.773.153)	(565.025)
Aumento (Redução) nas obrigações a curto prazo	(225.109)	3.588.223
Aumento (Redução) nas obrigações a longo prazo	882.178	3.028.829
Caixa gerado pelas operações	(2.045.436)	20.029.545
Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado	(6.631.525)	(7.526.401)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(6.631.525)	(7.526.401)
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO	(8.676.959)	12.503.144
Saldo inicial do caixa e equivalente a caixa	15.580.112	3.076.968
Saldo final do caixa e equivalente a caixa	6.903.153	15.580.112
VARIAÇÃO EM CAIXA OU EQUIVALENTES EM CAIXA	(8.676.959)	12.503.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE OLIVEIRA

Sob intervenção judicial desde 13/12/2011

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

NOTA 1 — CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, doravante denominada "Entidade" ou "Santa Casa de Oliveira", é uma associação civil de direito privado, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 1º de janeiro de 1875, com sede e foro no município de Oliveira, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 22.986.442/0001-91, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade tem por finalidade estatutária manter e operar o Hospital São Judas Tadeu, prestando assistência médico-hospitalar em todas as especialidades médicas, cirúrgicas e obstétricas, de acordo com os princípios que regem a boa prática da medicina, socorrendo enfermos sem distinção de nacionalidade, raça, cor, credo político ou religioso. Serve, adicionalmente, de campo para instrução e formação de profissionais de saúde.

1.1 Intervenção Judicial

A Entidade encontra-se sob intervenção judicial desde 13 de dezembro de 2011, nos autos do Processo nº 0064189-57.2011.8.13.0456, em tramitação perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Oliveira. Em 11 de dezembro de 2025, a Juíza de Direito Dra. Maria Beatriz de Aquino Gariglio deliberou pela prorrogação da intervenção por prazo adicional de no mínimo 36 (trinta e seis) meses, em razão da continuidade das medidas de saneamento administrativo e financeiro da Entidade.

Os Interventores Judiciais nomeados para o exercício de 2025 são: **Antônio César Vieites, Fabrício Assunção Rocha, Rubens Rios Gussen e Breno de Castro Laranjo Vale**, todos devidamente empossados conforme decisão judicial.

NOTA 2 — APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial:

- (a) NBC TG Estrutura Conceitual — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/11;
- (b) ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12;
- (c) Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, na extensão em que não conflitem com as normas específicas para entidades do terceiro setor.

As demonstrações contábeis compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as presentes Notas Explicativas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados para fins comparativos.

NOTA 3 — RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações são descritas a seguir e foram aplicadas de forma consistente em relação ao exercício anterior, salvo quando indicado de outra forma.

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual opera ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Entidade.

b) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros. As aplicações de curto prazo são registradas pelo custo amortizado, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores aproximam-se do valor justo. As aplicações vinculadas a convênios e subvenções são demonstradas separadamente, com indicação das restrições aplicáveis.

c) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas que refletem a vida útil econômica estimada de cada classe de bem, conforme tabela abaixo:

d) Demais Ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao custo de aquisição ou ao valor de realização, o que for menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando necessária.

e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente — legal ou não formalizada — decorrente de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do respectivo valor possa ser apurada, em conformidade com a NBC TG 25 (R2).

f) Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g) Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 07 (R2). As subvenções relacionadas a ativos são inicialmente reconhecidas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção da depreciação dos respectivos bens. As subvenções relacionadas a custeio são reconhecidas no resultado do período em que as despesas correspondentes são incorridas.

h) Reconhecimento de Receitas de Doações

As receitas de doações são reconhecidas quando há transferência efetiva do controle do ativo recebido, observando-se o regime de competência. Os recursos em espécie são registrados no ativo disponível quando do recebimento efetivo. Doações em bens são registradas pelo valor justo na data do recebimento.

i) Uso de Estimativas e Julgamentos Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados podem diferir das estimativas. As principais estimativas dizem respeito a: vidas úteis dos ativos imobilizados, provisões para contingências trabalhistas e cíveis, e ajuste ao valor recuperável de ativos.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, sendo reconhecidas no período a que competem, independentemente do recebimento ou pagamento.

NOTA 4 — DISPONIBILIDADES

Os valores registrados neste grupo representam moeda em espécie em caixa, depósitos à vista em instituições bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos com restrição correspondem a recursos vinculados a convênios e subvenções governamentais, cujo uso está condicionado aos termos dos respectivos instrumentos. Os saldos estavam compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	24.482	19.988
Bancos — Conta Corrente	432.568	234.499
Aplicações Financeiras — Recursos Livres	4.830.651	14.780.152
Aplicações Financeiras — Recursos Vinculados	1.615.452	545.473
Total	6.903.153	15.580.112

As aplicações financeiras de recursos livres estão registradas pelo custo amortizado, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025, com liquidez imediata ou no curto prazo. As aplicações vinculadas correspondem a recursos de convênios e subvenções que permanecem custodiados em conta específica até a prestação de contas aos órgãos concedentes.

NOTA 5 — CRÉDITOS COM O SUS

Os valores registrados correspondem aos repasses a receber do poder público decorrentes da contratualização firmada entre a Entidade e o SUS — Sistema Único de Saúde, nos termos dos contratos de gestão e portarias vigentes. O reconhecimento das receitas obedece ao regime de competência, com base nos serviços efetivamente prestados e nos tetos financeiros pactuados.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Sistema Único de Saúde — SUS	2.700.773	1.981.112
Total	2.700.773	1.981.112

NOTA 6 — CRÉDITOS COM CONVÊNIO E PACIENTES PARTICULARES

Este grupo compreende os valores a receber de operadoras de planos e seguros de saúde, decorrentes de serviços médico-hospitalares prestados e faturados, pendentes de liquidação na data de encerramento do exercício, bem como os créditos com pacientes particulares, incluindo valores a receber da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais — SES/MG referentes a serviços faturados. Os valores são reconhecidos conforme a realização efetiva dos serviços, observando o regime de competência.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

6.1 Créditos com Convênios e Operadoras

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IPSEMG	957.485	802.926
Unimed	1.167.094	1.239.006
PMMG — Polícia Militar	412.435	333.342
Pref. Municipal de Oliveira — Contrato 13/2024 (PAM)	1.316.587	228.196
Pref. Municipal de Oliveira — Contrato 278/2024 (Exames)	231.516	99.455
Prontomed	207.720	191.836
Postal Saúde — Correios	126.259	38.812
Sul América Seguro Saúde	129.082	2.715
CASSI	174.402	4.333
Prefeitura de Carmópolis de Minas	82.340	558
Demais convênios e prefeituras	521.198	627.263
Total	5.326.118	3.568.442

6.2 Créditos com Pacientes Particulares

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Pacientes Particulares (faturamento direto)	91.926	69.235
Pacientes Particulares — SES/MG (APAC/AIH)	4.070.323	586.964
Total	4.162.249	656.199

NOTA 7 — CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS

Os valores registrados neste grupo referem-se a adiantamentos concedidos aos colaboradores da Entidade, a serem recuperados por meio de desconto em folha de pagamento ou prestação de contas, conforme política interna vigente. Incluem-se os adiantamentos de férias, correspondentes a valores pagos antecipadamente por ocasião do gozo das férias, deduzidos nos meses subsequentes conforme parametrização do sistema de folha de pagamento.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de Férias	144.809	170.669
Adiantamentos Salariais e Outros	3.482	878
Total	148.291	171.547

NOTA 8 — ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Os adiantamentos a fornecedores representam valores pagos antecipadamente pela Entidade para aquisição de materiais, bens ou contratação de serviços, cuja entrega ou prestação não havia sido concluída até a data

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

de encerramento do exercício. Tais adiantamentos estão vinculados a contratos formais ou documentos fiscais emitidos previamente, com exigência contratual de pagamento antecipado. Esses valores serão apropriados ao custo ou à despesa correspondente à medida em que os bens forem entregues ou os serviços efetivamente prestados, em conformidade com o regime de competência.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Fornecedores	32.368	160.650
Total	32.368	160.650

NOTA 9 — ESTOQUES

Os estoques da Entidade são compostos por medicamentos, materiais médico-hospitalares e itens de consumo interno utilizados nas atividades assistenciais, operacionais e administrativas. São mensurados pelo custo de aquisição, determinado pelo método da média ponderada móvel, em conformidade com a NBC TG 16 — Estoques. A movimentação e o controle dos estoques são realizados por meio de sistema informatizado integrado, que permite rastreabilidade e controle de validade.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Medicamentos e Materiais Médico-Hospitalares	3.880.928	4.624.215
Materiais de Consumo (Administrativos e Operacionais)	890.923	300.000
Total	4.771.851	4.924.215

NOTA 10 — OUTROS CRÉDITOS

Os outros créditos compreendem valores a receber não classificados nas demais categorias de ativo, incluindo: (i) crédito decorrente de ação cível para ressarcimento de valores pagos a título de licença remunerada; (ii) imposto de renda sobre aplicações financeiras a restituir; e (iii) créditos consignados a recuperar junto à operadora de crédito consignado. Os saldos estão compostos conforme segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Licença Remunerada — Proc. Cível 5000940-61.2022.8.13.0456	114.025	82.339
IR s/ Aplicações Financeiras a Restituir	57.447	7.590
Crédito do Trabalhador — Sicoob (consignado)	12.125	-
Total	183.597	89.929

O crédito referente à Licença Remunerada corresponde a valores depositados regularmente em cumprimento de sentença judicial (Processo nº 5000940-61.2022.8.13.0456 — Maria Auxiliadora da Silva), enquanto se aguarda o trânsito em julgado da decisão para efetivação final do crédito.

NOTA 11 — ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis mantidos para uso na prestação de serviços assistenciais, na administração e em outras atividades institucionais, com expectativa de utilização por mais de um exercício.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

Os ativos são registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado.

A Entidade realiza periodicamente a avaliação de indícios de impairment nos termos da NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11.1 Movimentação do Ativo Imobilizado — Custo

Descrição	Saldo 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2025
BENS LIVRES				
Edificações	9.912.444	-	-	9.912.444
Instalações	286.000	-	-	286.000
Obras Estacionamento		61.239		61.239
Obra Prédio		1.013.062		1.013.062
Obra Quimioterapia		104.388		104.388
Obra Pa SUS		923.048		923.048
Obras e Adequações Estruturais	-	30.782	-	30.782
Obra Lavanderia		91.999		91.999
Construção em Andamento	528.640	2.868.926	2.224.517	1.173.048
Máquinas e Equipamentos Médico-Hospitalares	19.555.605	3.229.193	-	22.784.798
Equipamentos de Informática	1.782.174	164.163	-	1.946.337
Veículos	85.575	-	-	85.575
Móveis e Utensílios	1.300.290	280.244	-	1.580.534
BENS COM RESTRIÇÕES				
Subv. Estadual 1321001412/2017 — Ressonância	2.700.000	-	-	2.700.000
Convênio Federal 904868/2020 — Equip. Hospitalares	275.559	-	-	275.559
Resolução SES/MG nº 7.874/2021 — Equipamentos	1.503.229	-	-	1.503.229
Convênio Federal 922334/2021 — Equip. Médicos	330.000	-	-	330.000
Resolução SES/MG nº 8.904/2023 — Equipamentos	23.303	-	-	23.303
Convênio Federal 944047/2023 — Equipamentos	-	89.000	-	89.000
TOTAL CUSTO	38.282.819	8.856.043	2.224.517	44.914.344

11.2 Movimentação do Ativo Imobilizado — Depreciação Acumulada

Descrição	Saldo 31/12/2024	Depreciação do Exercício	Baixas/ Reversões	Saldo 31/12/2025
BENS LIVRES				
Depreciação — Edificações	401.581	150.568	-	552.149
Depreciação — Instalações	111.651	3.905	-	115.556
Depreciação — Máquinas e Equipamentos	3.093.482	627.550	-	3.721.032
Depreciação — Equipamentos de Informática	82.988	268.550	-	351.538
Depreciação — Veículos	64.261	-	-	64.261
Depreciação — Móveis e Utensílios	169.210	174.204	-	343.414
BENS COM RESTRIÇÕES				
Dep. — Sub. Estadual 1321001412/2017 (Ressonância)	1.620.000	540.000	-	2.160.000
Dep. — Convênio Federal 904868/2020	165.335	55.112	-	220.447
Dep. — Resolução SES/MG nº 7.874/2021	300.646	300.646	-	601.292
Dep. — Convênio Federal 922334/2021	49.500	66.000	-	115.500
Dep. — Resolução SES/MG nº 8.904/2023	2.330	4.661	-	6.991
TOTAL DEPRECIÇÃO ACUMULADA	6.060.984	2.191.195	-	8.252.180
IMOBILIZADO LÍQUIDO	32.221.833	6.664.848	2.224.517	36.662.164

11.3 Imobilizado com Restrições

Parte dos ativos imobilizados está vinculada a recursos provenientes de convênios, subvenções governamentais e emendas parlamentares, cujas condições de uso estão condicionadas aos termos dos respectivos instrumentos. Tais ativos não podem ser alienados, onerados ou desviados de sua finalidade original sem autorização prévia do órgão concedente. A Entidade mantém controles patrimoniais e contábeis individualizados e segregados para esses bens, assegurando rastreabilidade e conformidade para fins de prestação de contas.

A depreciação dos bens vinculados é reconhecida como despesa na DRE e, concomitantemente, é efetuada a baixa proporcional das Subvenções a Realizar registradas no passivo, resultando no reconhecimento de receita de subvenção de igual valor, conforme a NBC TG 07 (R2). No exercício de 2025, o montante da depreciação de bens com restrições foi de R\$ 966.418 (R\$ 947.588 em 2024).

11.4 Principais Aquisições do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade realizou aquisições de bens imobilizados no montante total de R\$ 6.631.528, destinados à ampliação, modernização e manutenção da infraestrutura hospitalar. Os principais investimentos incluíram novas obras e adequações estruturais (R\$ 2.224.518), aquisição de máquinas e equipamentos médico-hospitalares (R\$ 3.229.194), equipamentos de informática (R\$

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

164.163), móveis e utensílios (R\$ 280.244), construção em andamento (R\$ 644.409) e convênio federal - aquisição (R\$ 89.000,00). As aquisições foram financiadas com recursos próprios e, quando aplicável, com verbas oriundas de convênios públicos.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Construção em andamento	2.868.926
Máquinas e equipamentos	3.229.193
Equipamentos de informática	164.163
Móveis e utensílios	280.244
Convênio Federal 944047/2023 - Aquisição de Equipamento	89.000
Total	6.631.525

NOTA 12 — FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores compreende as obrigações a pagar pelo fornecimento de materiais, bens e serviços, inclusive honorários médicos e serviços especializados, adquiridos no curso ordinário das operações da Entidade. As contas a pagar são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorrer no prazo de até doze meses a contar da data do balanço.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores e Prestadores de Serviços	10.200.820	7.545.446
Total	10.200.820	7.545.446

NOTA 13 — OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Obrigações a pagar com pessoal referem-se à folha de pagamento do mês de dezembro de 2025, cujo pagamento foi efetivado no início de janeiro de 2026. Provisões com pessoal representam os montantes acumulados a título de férias, adicional de um terço e FGTS correspondente, reconhecidos pelo regime de competência.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados a Pagar	2.016.676	1.648.187
Rescisões e Outras Obrigações com Pessoal	10.163	3.722
Total Obrigações com Pessoal	2.026.839	1.651.909
Provisão de Férias	2.268.797	1.697.514
Provisão — 1/3 Constitucional sobre Férias	756.254	565.838
Provisão — FGTS sobre Férias	242.000	181.068
Total Provisões com Pessoal	3.267.051	2.444.420

NOTA 14 — OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

As obrigações sociais e fiscais compreendem os tributos federais, estaduais e municipais apurados no exercício e os encargos trabalhistas e previdenciários retidos ou devidos pela Entidade, cujo recolhimento ocorrerá no exercício subsequente.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS Retido de Pessoa Física (cód. 1082)	155.749	154.808
FGTS a Pagar	333.236	268.983
IRRF — Funcionários (cód. 0561)	244.952	250.763
IRRF — Autônomos (cód. 0588)	5.863	12.435
IRRF — Pessoa Jurídica (cód. 1708)	35.674	23.008
PIS/COFINS/CSLL Retido de PJ (cód. 5952)	113.737	72.900
ISS a Recolher	99.852	75.202
Total	989.063	858.099

Em razão da detenção do CEBAS e do atendimento ao percentual mínimo de 60% de atendimentos pelo SUS, a Entidade é isenta das contribuições sociais patronais (cota patronal do INSS e demais contribuições sobre a folha), nos termos do art. 195, §7º da CF/88 e da Lei nº 187/2021. Os valores acima correspondem exclusivamente a tributos retidos na fonte, encargos do empregado e contribuições de terceiros não abrangidas pela isenção.

NOTA 15 — OUTRAS OBRIGAÇÕES — CIRCULANTE

As outras obrigações circulantes compreendem valores de natureza diversa não classificados nas demais rubricas do passivo circulante, incluindo: (i) crédito consignado descontado em folha a ser repassado à operadora (Crédito do Trabalhador); (ii) permuta de equipamentos de neurocirurgia com o Hospital São Vicente de Paulo de Campo Belo; e (iii) valores decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Crédito do Trabalhador — Sicoob (Consignado)	187.140	-
Permuta — Hospital São Vicente de Paulo (Neurocirurgia)	67.910	78.660
Acordo Coletivo — Sindicato dos Empregados em Est. de Saúde	26.590	-
Demais obrigações CP	-	259.228
Total	281.640	337.888

NOTA 16 — SUBVENÇÕES A REALIZAR

As subvenções a realizar representam recursos financeiros recebidos de órgãos públicos estaduais e federais, vinculados a condições e finalidades previamente estabelecidas — aquisição de equipamentos, melhorias de infraestrutura e custeio operacional. São reconhecidas no passivo quando do recebimento e apropriadas ao resultado: (i) na proporção da depreciação dos ativos adquiridos, quando vinculadas a bens do imobilizado; e

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

(ii) no período em que as despesas de custeio correspondentes são incorridas, em estrita observância à NBC TG 07 (R2) — Subvenção e Assistências Governamentais.

16.1 Subvenções a Realizar — Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Conv. — Lei Mun. nº 4.018/2024 — Custeio (Prefeita Cristine Lasmar)	24.965	478.907
Res. SES/MG nº 9.343/2024 — OtimizaSUS / Valora Minas	323.142	122.889
Valora Minas (custeio operacional)	175.233	1.197.803
Opera Mais (custeio operacional)	1.051.293	1.609.497
Res. SES/MG nº 10.091/2025 — Emenda Dep. Lucas Lasmar	178.711	-
Res. SES/MG nº 9.065/2023 — Triagem Auditiva Neonatal	72.358	-
Res. SES/MG nº 5.975/2017 — URG/EMG ProURGE e UPA 24h	142.293	-
Res. SES/MG nº 9.066/2023 — Coleta de Vestígios de Violência Sexual	28.329	-
Conv. Federal 944047/2023 — Equip. e Material Permanente	90.229	-
Conv. Federal 959444/2024 — Bisturi Eletrônico	304	-
Port. GM/MS nº 7.419/2025 — Custeio At. Especializada (Emenda Aécio)	505.176	-
Demais subvenções a realizar CP	-	3.335.697
Total Subvenções a Realizar — Circulante	2.592.033	6.744.793

16.2 Subvenções a Realizar — Não Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Sub. Estadual 1321001412/2017 — Ressonância (dep. 540.000/ano)	540.000	1.080.000
Res. SES/MG nº 7.874/2021 — Equipamentos (dep. 300.646/ano)	901.937	1.202.583
Res. SES/MG nº 8.904/2023 — Equipamentos	16.312	20.973
Conv. Federal 922334/2021 — Equipamentos (dep. 66.000/ano)	214.500	280.500
Conv. Federal 904868/2020 — Equipamentos (dep. 55.112/ano)	55.112	110.224
Total Subvenções a Realizar — Não Circulante	1.727.861	2.694.279

As subvenções classificadas no passivo não circulante vinculam-se exclusivamente a bens imobilizados e serão apropriadas ao resultado na proporção da depreciação anual dos respectivos ativos. A baixa anual das subvenções a realizar equivale ao total das depreciações dos bens com restrições reconhecidas no exercício (Nota 37).

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

NOTA 17 — OUTRAS OBRIGAÇÕES — NÃO CIRCULANTE

As outras obrigações não circulantes correspondem integralmente a repasses de honorários médicos provisionados e ainda não liquidados, referentes a serviços de saúde prestados por profissionais e grupos médicos contratados pela Entidade. Os repasses são exigíveis ao longo prazo e não possuem encargos financeiros contratuais.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Repasses de Honorários Médicos 2024	11.503	3.175.772
Repasses de Honorários Médicos 2025	4.863.327	-
Total	4.874.830	3.175.772

O aumento do saldo reflete o crescimento dos serviços prestados por profissionais de saúde no exercício de 2025, especialmente em cirurgias de média e alta complexidade. A Entidade mantém cronograma de pagamento desses honorários compatível com o fluxo de recebimentos do SUS e convênios.

NOTA 18 — PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com a NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Entidade reconhece provisões para contingências quando: (i) existe obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são apuradas com base em pareceres do corpo jurídico da Entidade.

Natureza / Processo	31/12/2025	31/12/2024
PROVISÕES CONSTITUÍDAS — PROVÁVEL		
Proc. Trabalhista 0011441-21.2025.5.03.0057 — Warley Vicente da Silva	15.000	-
Proc. Trabalhista 0010449-60.2025.5.03.0057 — Sind. Enfermeiros/MG	31.908	-
Proc. Trabalhista 0011612-49.2025.5.03.0098 — Atila de Oliveira Moraes	77.419	-
Proc. Cível 0046180-42.2014.8.13.0456 — Maria Lúcia F. Rodrigues	19.210	-
Proc. Cível 0003501-90.2015.8.13.0456 — Norma Lúcia de S. Martins	6.000	-
Total Provisões Constituídas	149.538	-

Natureza / Processo	2025	31/12/2024
POSSÍVEL RISCO		
Possível Risco	2.521.444	-

Não foram identificados outros processos com probabilidade provável de perda além dos acima listados, nem ativos contingentes com probabilidade provável de realização. A Entidade não tem conhecimento de processos com classificação de perda remota que demandem divulgação.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

Os processos classificados com probabilidade possível de perda não foram provisionados, conforme critério da NBC TG 25 (R2), estando apenas divulgados nesta nota.

Base normativa: NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

NOTA 19 — PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade é constituído pela dotação inicial, pelos bens a ele incorporados ao longo do tempo e pelos resultados líquidos dos exercícios — superávits ou déficits — acumulados. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade não distribui lucros, dividendos ou qualquer parcela de seu patrimônio a instituidores, dotadores ou administradores, seja de forma direta ou indireta, destinando integralmente os eventuais superávits à manutenção e ampliação das atividades institucionais, em conformidade com a ITG 2002 (R1).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Social Acumulado (fundo patrimonial)	33.901.434	21.721.362
Superávit/(Déficit) do Exercício	879.453	12.180.072
Total do Patrimônio Social	34.780.887	33.901.434

O Patrimônio Social Acumulado em 31/12/2025 corresponde ao saldo após a incorporação do superávit de R\$ 12.180.072 apurado no exercício de 2024, que passou a integrar o Fundo Patrimonial conforme deliberação dos Interventores Judiciais.

NOTA 20 — RECEITAS COM CONVÊNIOS E OPERADORAS

As receitas com convênios referem-se aos valores faturados pela prestação de serviços médico-hospitalares e assistenciais a operadoras de planos e seguros de saúde e a entes públicos vinculados por contrato. O reconhecimento ocorre no período em que os serviços são efetivamente prestados, observando o regime de competência e os valores pactuados nos contratos vigentes.

Descrição	2025
Receitas com Convênios e Operadoras de Saúde	37.384.735
Total	37.384.735

NOTA 21 — RECEITAS COM O SUS

As receitas do SUS correspondem aos repasses efetuados pelo poder público em decorrência dos serviços prestados no âmbito das contratualizações e incentivos vigentes. A apuração é realizada com base nos serviços efetivamente realizados e nos tetos financeiros e portarias aplicáveis, incluindo incentivos adicionais previstos nos instrumentos contratuais.

Descrição	2025
Receitas com Pacientes do SUS (AIH, APAC e outros)	14.549.940
Total	14.549.940

NOTA 22 — RECEITAS COM PACIENTES PARTICULARES

Compreendem os valores recebidos ou a receber diretamente de pacientes por serviços de saúde prestados sem intermediação de planos ou convênios. Incluem também os valores faturados à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais — SES/MG por procedimentos de média e alta complexidade. As receitas são reconhecidas na data da efetiva realização do atendimento, de acordo com o regime de competência.

Descrição	2025
Receitas com Pacientes Particulares (faturamento direto)	8.388.992
Receitas com Pacientes Particulares — SES/MG	45.019.251
Total	53.408.243

NOTA 23 — RECEITAS COM SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

As subvenções governamentais são transferências de recursos públicos destinadas a cobrir despesas de custeio ou financiar a aquisição de ativos da Entidade, sem expectativa de reembolso. As subvenções vinculadas a ativos são reconhecidas como receita na proporção da depreciação dos bens adquiridos. As subvenções para custeio são reconhecidas no resultado no período em que as despesas correspondentes são incorridas, em conformidade com a NBC TG 07 (R2).

23.1 Receitas com Subvenções Municipais

Descrição	2025
Conv. — Lei Mun. nº 4.018/2024 — Custeio (Pref. Cristine Lasmar)	462.307
Total	462.307

23.2 Receitas com Subvenções Estaduais

Descrição	2025
Valora Minas (custeio operacional)	6.675.757
Opera Mais (custeio operacional)	2.192.173
Res. SES/MG nº 9.478/2024 — Custeio Ações e Serviços de Saúde	3.138.603
Res. SES/MG nº 10.091/2025 — Emenda Dep. Lucas Lasmar	860.632
Res. SES/MG nº 5.975/2017 — URG/EMG Prourge e UPA 24h	1.011.420
Res. SES/MG nº 8.253/2022	82.320
Res. SES/MG nº 9.343/2024 — OtimizaSUS / Valora Minas	41.181
Sub. Estadual 1321001412/2017 — Ressonância (dep. equipamento)	540.000
Res. SES/MG nº 7.874/2021 — Dep. equipamentos	300.646
Res. SES/MG nº 8.904/2023 — Dep. equipamentos	4.660
Total	14.847.392

23.3 Receitas com Subvenções Federais

Descrição	2025
Piso Nacional da Enfermagem (Port. GM/MS nº 1.434/2022)	8.286.467
Port. GM/MS nº 6.464/2025 — At. Média e Alta Complexidade	308.005
Conv. Federal 959444/2024 — Bisturi Eletrônico	30.000
Conv. Federal 922334/2021 — Dep. equipamentos	66.000
Conv. Federal 904868/2020 — Dep. equipamentos	55.112
Total	8.745.584

23.4 Receitas com Doações

Descrição	2025
Doações de Pessoas Físicas e Entidades Privadas	482.079
Total	482.079

As doações recebidas no exercício de **2025** foram integralmente aplicadas no custeio das atividades assistenciais da Entidade.

NOTA 24 — RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos obtidos sobre as aplicações financeiras de curto prazo e outras receitas decorrentes de operações financeiras realizadas ao longo do exercício. Os valores são reconhecidos conforme auferidos, de acordo com o regime de competência.

Descrição	2025
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	2.366.995
Total	2.366.995

NOTA 25 — RECEITAS DIVERSAS

As receitas diversas compreendem valores de natureza acessória à atividade principal, recebidos ao longo do exercício, incluindo receitas com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais — IPTAN, receitas com refeições fornecidas, reprografia e outras receitas operacionais acessórias. São registradas de acordo com o regime de competência.

Descrição	2025
Receitas IPTAN	556.377
Outras Receitas Diversas	44.816
Receitas com Refeição	18.745
Receita com Reprografia (Xerox)	1.333
Total	621.271

NOTA 26 — CUSTOS E DESPESAS COM PESSOAL

Compreendem os gastos com salários, encargos sociais (INSS, FGTS), provisões trabalhistas (férias, 13º salário), benefícios e demais obrigações decorrentes da contratação de pessoal próprio da Entidade, segregados entre os diretamente relacionados às atividades assistenciais (custos) e as despesas de natureza administrativa.

Descrição	2025
Salários e Ordenados — Assistencial	24.161.234
Encargos Sociais (FGTS, INSS) — Assistencial	3.027.920
Provisões Trabalhistas (Férias, 13º) — Assistencial	3.141.993
Benefícios e Outros — Assistencial	659.956
Recuperações de Despesas com Pessoal	-
Total Custos com Pessoal Assistencial	30.991.147
Pessoal Administrativo	5.336.956
Total Geral Pessoal	36.328.103

NOTA 27 — CUSTOS COM SERVIÇOS MÉDICOS E LABORATORIAIS

Referem-se aos valores pagos ou provisionados a profissionais de saúde e empresas contratadas para prestação de serviços médicos, laboratoriais e de diagnóstico. Incluem plantões médicos, honorários cirúrgicos, serviços de anestesia, exames especializados e outros atendimentos complementares diretamente vinculados à atividade assistencial.

Descrição	2025
Honorários e Plantões Médicos	40.266.666
Total	40.266.666

NOTA 28 — CUSTOS COM MATERIAIS

Os custos com materiais compreendem os itens consumidos nos procedimentos assistenciais e nas atividades operacionais e administrativas, apurados com base na efetiva baixa do estoque pelo método da média ponderada móvel.

Descrição	2025
Medicamentos	21.392.000
Materiais Médico-Hospitalares, OPMEs e outros materiais	26.145.831
Total	47.537.831

NOTA 29 — CUSTOS OPERACIONAIS DIVERSOS

São compostos pelos demais custos relacionados à operação da Entidade não classificados em rubricas específicas, incluindo despesas com utilidades (energia elétrica, água, gás), manutenção de infraestrutura

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

hospitalar, tecnologia da informação operacional, alimentação de pacientes, lavanderia e transporte assistencial.

Descrição	2025
Outros Custos Operacionais	3.885.351
Total	3.885.351

NOTA 30 — DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas englobam os gastos necessários à gestão e administração geral da Entidade, não diretamente imputáveis às atividades assistenciais.

Descrição	2025
Softwares, TI e Serviços de Informática	581.899
Anúncios, Publicações e Comunicação	74.678
Viagens e Hospedagens	52.754
Telefones e Comunicações	51.209
Contribuição Sindical Patronal e Taxas	24.909
Demais Despesas Administrativas	6.585
(-) Recuperações de Despesas Administrativas	(207)
Total	791.827

NOTA 31 — DESPESAS COM SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Referem-se à contratação de empresas ou profissionais especializados para execução de serviços não cobertos pelo quadro de pessoal próprio, incluindo assessorias jurídica e contábil, consultoria técnica, serviços administrativos e financeiros e assistência técnica especializada.

Descrição	2025
Serviços Administrativos e Financeiros	170.904
Serviços Contábeis	113.404
Serviços Jurídicos	96.072
Serviços de Consultoria e Assessoria	65.349
Assistência Técnica Especializada	10.868
Serviços de Auditoria	8.000
Serviços de Segurança e Vigilância	8.800
Total	473.397

NOTA 32 — DESPESAS FINANCEIRAS

Incluem os encargos com juros, multas por atraso, tarifas bancárias e demais despesas decorrentes de operações financeiras, reconhecidos no resultado conforme o regime de competência.

Descrição	2025
Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos	186.944
Multas, Juros e Protestos	30.147
Tarifas Bancárias	24.666
Despesas com IOF	3.200
Total	244.957

NOTA 33 — DESPESAS COM DEPRECIações

As despesas com depreciações correspondem à alocação sistemática do custo dos ativos imobilizados ao longo de sua vida útil estimada, calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na Nota 3(c) e em conformidade com a NBC TG 27.

Descrição	2025
Depreciação — Bens Livres	1.224.777
Depreciação — Bens com Restrições (Nota 16)	966.418
Total	2.191.195

A Entidade registra separadamente as depreciações dos bens vinculados a verbas específicas de convênios e subvenções, mantendo controle individualizado para fins de prestação de contas aos órgãos concedentes. As depreciações dos bens com restrições são concomitantemente revertidas como receita, por meio da baixa proporcional das Subvenções a Realizar registradas no passivo, no montante de R\$ 966.418 (R\$ 947.588 em 2024).

NOTA 34 — DESPESAS COM ACORDOS E PROCESSOS

Compreendem os valores efetivamente desembolsados no exercício para pagamento de obrigações decorrentes de ações judiciais cíveis e trabalhistas encerradas por acordo ou decisão transitada em julgado, bem como variações nas provisões constituídas para contingências.

Descrição	2025
Acordos e Processos Trabalhistas	215.307
Acordos e Processos Cíveis	34.346
Total	249.653

NOTA 35 — OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais compreendem gastos não recorrentes ou não classificados nas demais categorias, incluindo contrapartidas de convênios, taxas e contribuições públicas e devoluções de recursos de convênios não aplicados.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 31 de dezembro de 2025 e 2024

Descrição	2025
Contrapartida de Convênio 944047/2023 — Equip. e Mat. Permanente	17.269
Taxas e Contribuições Públicas	2.333
Devolução de Recursos — Convênios Federais (não aplicação)	511
Total	20.113

NOTA 36 — ATENDIMENTOS HOSPITALARES — PERCENTUAL SUS

Em atendimento à Lei n.º 187/2021, a Entidade apurou o percentual de atendimentos realizados pelo SUS no exercício de 2025. A apuração demonstrou que a Entidade realizou mais de 60% (sessenta por cento) de seus atendimentos pelo SUS, considerando a exclusão do componente ambulatorial na proporção regulamentada, em conformidade com os termos da contratualização vigente. O cumprimento do percentual mínimo de 60% de atendimentos ao SUS assegura a manutenção do CEBAS e a fruição das isenções previstas na 187/2021.

NOTA 37 — ISENÇÕES USUFRUÍDAS — CEBAS

A Entidade é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS, na área de saúde, concedido pelo Ministério da Saúde (Portaria SAES/MS n.º 3.522/2025). Em razão da detenção do CEBAS e do atendimento ao percentual mínimo de 60% ao SUS, a Entidade faz jus à isenção das contribuições sociais patronais previstas no art. 195, §7º da Constituição Federal, regulamentadas pela Lei n.º 187/2021. As isenções usufruídas no exercício de 2025 estão demonstradas a seguir:

Contribuição / Tributo	Valor Isento 2025
Cota Patronal INSS	10.046.733,51
Cofins	3.264.397,90
Csll	79.150,77
Total de Isenções Usufruídas	13.390.282,18

Os valores acima representam estimativas das contribuições sociais patronais que seriam devidas pela Entidade, caso não detivesse o CEBAS e não cumprisse o requisito de atendimento mínimo ao SUS. Tais isenções contribuem diretamente para a viabilidade econômica da Entidade e para a sustentabilidade dos serviços assistenciais prestados à comunidade.

Base legal: Art. 195, §7º CF/88 | LC n.º 187/2021

NOTA 38 — EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade revisou os eventos ocorridos entre a data do balanço (31 de dezembro de 2025) e a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, em conformidade com a NBC TG 24 — Evento Subsequente.

Não foram identificados eventos subsequentes à data do balanço que impliquem ajuste ou divulgação relevante nas presentes demonstrações contábeis, exceto a prorrogação da intervenção judicial divulgada na Nota 1.

NOTA 39 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial pelos valores contábeis, em conformidade com os critérios de mensuração descritos nas notas explicativas correspondentes. A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros conforme as categorias estabelecidas pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros, adotando o custo amortizado como método de mensuração para a maioria dos instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge contábil ou outros instrumentos financeiros de natureza especulativa. Os principais riscos financeiros a que a Entidade está exposta são:

Risco de crédito: decorrente da possibilidade de inadimplência das operadoras de planos de saúde e do poder público nos repasses do SUS. A Entidade monitora continuamente seus recebíveis e adota política de gestão de crédito baseada em histórico de recebimentos.

Risco de liquidez: relacionado à capacidade da Entidade de honrar seus compromissos financeiros nos vencimentos pactuados, monitorado por meio do acompanhamento do fluxo de caixa e da manutenção de aplicações financeiras de liquidez imediata.

Risco de mercado (taxa de juros): decorrente das variações nas taxas de juros que afetam os encargos dos empréstimos e os rendimentos das aplicações financeiras. A Entidade não realiza operações de hedge para mitigação desse risco.

Base normativa: NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros | NBC TG 40 — Divulgações de Instrumentos Financeiros

Oliveira (MG), 31 de dezembro de 2025.

Interventores Judiciais

Antônio César Vieites | Fabrício A. Rocha
Rubens R. Gussen | Breno C. L. Vale
Santa Casa de Oliveira

Jouber L.de Carvalho

Contador - CRC MG - 093819/0
Santa Casa de Oliveira